

Resto isto e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da mesma se levava a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: Jorge Laurindo Morais

Primeiro Secretário: Bruna Filipa Pires dos Santos

Segundo Secretário: Paquel Rebelo Paulino

Ata nº 109

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois Reunio em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na sua sede, sala na Rua da Colgada, nº10, Casal da Vila, Ega, Concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Apreciação, parecer do Conselho Fiscal e votação do Programa de Acção para 2023 e Conta de Exploração Revisional e Circumvenção;

a) Apresentação e discussão;

b) Leitura do parecer do Conselho Fiscal;

c) votação dos respectivos documentos.

Ponto dois - Discussão e votação da proposta da Direcção para edificação de uma creche no espaço do antigo Centro de Saúde de Ega;

Ponto três - Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios, com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois, nos termos do artigo trigesimo primeiro - um dos Estatutos. Tendo em conta a ausência de segundo secretário, foi eleito para o referido lugar, nos termos do artigo vigesimo sexto - três dos Estatutos a sócia Maria de Tatiana Sousa Rebelo.

Antes de dar início à sessão, o Presidente da Direcção deu um esclarecimento prévio sobre o ex-Presidente da Assembleia, Jorge Laurindo Morais ter renunciado o cargo, sendo o mesmo substituído pela Primeira Secretária da Assembleia, Bruna Filipa Pires dos Santos.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão com a Ratificação da Ata da Reunião anterior dando nota de que a mesma se encontra online, no site da Instituição, para que todos tenham acesso à mesma. Neste ponto, o sócio Manuel Branco refere que as suas intervenções foram simplificadas tendo a mesma que ser ratificada. Transcreve-se de seguida o teor da proposta de Ratificação de intervenções: No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, na referência à viabilidade do Centro de Dia sair do edifício ERPI, faltou referir que o projeto da ERPI é anterior à pandemia do COVID-19; que a interrupção do funcionamento do Centro de Dia na ERPI permitiu o aumento do espaço para os utentes do Lar e melhor funcionamento; que o contágio do COVID-19 nas instalações aconteceu após o regresso do Centro de Dia à ERPI com as consequências que se conhecem, que a entrada diária deste grupo de utentes de Centro de Dia a convivência com os utentes do Lar e mistura na utilização de espaço como casas de banho, são fatores de constante risco e sabendo-se hoje que o COVID-19 está para ficar e continuará a matar, a Direção deverá encontrar uma estratégia para a referida questão. O sócio Manuel Branco refere ainda que, juntamente à atividade voluntária referida deve também mencionar-se os donativos fazendo grande elogio à colaboração graciosa do Sr. Jorge Loureiro Morais, sugerindo que vai dando formação a 1 ou 2 colaboradores para gerirem a manutenção corrente dos equipamentos e os casos do dia a dia. No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, onde refere que se deve pensar bem na utilidade que se vai dar ao edifício tendo em conta a viabilidade dos equipamentos e o que se deve priorizar, acrescentando que há mais de 30 anos a Associação desenvolveu um processo para implementação e funcionamento de uma creche que foi limitadamente impedido e arquivado pela Segurança Social porque o número de crianças não justificava o projeto. Hoje há crianças e por isso antes de se mandar fazer um anteprojecto de arquitetura do edifício onde instalar uma creche deve mandar-se fazer o estudo exaustivo sobre a demografia na área de intervenção da Instituição para se calcular a previsão do número de crianças que nascerão nos

próximos anos e virão a necessitar deste equipamento. São um estudo por especialistas garantir a referida viabilidade e servir para fundamentar a candidatura.

A ata foi aprovada com a abstenção dos ausentes na referida sessão.

De seguida o Presidente do Direção saudou os sócios e passou a palavra aos Diretores Técnicos da Estrutura Residual para Idosos e do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, Dra. Patrícia Oliveira e Dra. Marta Branco Respetivamente, para a apresentação do Plano de Ação para dois mil e vinte e três. Na posse da palavra a Dra. Patrícia Oliveira refere que o plano de ação foi elaborado com recurso à avaliação diagnóstica da instituição tendo em conta a metodologia de "Análise SWOT" fazendo uma breve caracterização da Instituição e das suas Respostas sociais. Passando a palavra para a Dra. Marta Branco, a mesma refere que o principal objetivo da Instituição é promover o bem-estar dos utentes.

Não havendo questões o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Contabilista Certificado da Instituição, Dr. José Pedro Antunes, para apresentação da conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para o ano de dois mil e vinte e três. Inicia a apresentação referindo que os valores foram calculados com critério tendo em conta os custos e Rendimentos do ano de dois mil e vinte e dois. No que diz respeito aos custos, prevê-se que o custo das Mercadorias e Materiais Consumidos atinja os duzentos e trinta e cinco mil e oitenta e três euros e oitenta e seis cêntimos (235 083,86€), sendo este valor influenciado pela inflação nomeadamente ao nível do preço da alimentação. A previsão para os Fornecimentos e Serviços Externos será de cento e setenta e nove mil quatrocentos e trinta e dois euros e sessenta e nove cêntimos (179 432,69€), valor muito influenciado pelo preço catastrófico do gás. Relativamente aos custos com o Pessoal, com grande impacto devido ao aumento do salário mínimo, prevê-se que atinja os setecentos e doze mil seiscentos e trinta e oito euros e sessenta e seis cêntimos (712 638,66€).

No que diz respeito aos Gastos de Depreciação e Amortização prevê-se gasto de cento e trinta e um mil oitocentos e três euros e noventa e nove centimos (131 803,99€) tendo sido em consideração o orçamento dos equipamentos que foram realizados até à data. Os Outros Gastos e Perdas referem-se com o pagamento de quotas anuais à UIPSS e AEPN Portugal no valor de trezentos euros (300€).

O Contabilista passa a explicar o ponto relativo aos Rendimentos em que, nos Serviços Prestados prevê-se que a Instituição obtenha em dois mil e vinte e três o valor de seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e noventa e três euros e sessenta centimos (682 293,60€). Este valor contempla as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios. As mensalidades dos utentes de Centro de Dia prevêem-se que sejam de setenta e cinco mil setecentos e cinquenta euros (75 750,00€), as de Apoio Domiciliário em oitenta e um mil novecentos e quarenta e seis euros e oitenta centimos (81 946,80€) e as mensalidades dos utentes em Estrutura Residencial para Idosos seja de quinhentos e vinte e um mil setecentos e quatro euros e oitenta centimos (521 704,80€). No que concerne às quotas dos sócios prevê-se que atinja o valor de dois mil oitocentos e noventa e dois euros (2 892,00€). Relativamente à Rubrica dos Subsídios à Exploração a Instituição prevê obter um valor de quinhentos e dois mil novecentos e dezassete mil euros e vinte e cinco centimos (502 917,25€). A maior parte destes Rendimentos serão provenientes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda do reembolso com os gastos tidos com o Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 4.º (geração). Na Rubrica Outros Rendimentos e Gastos prevê-se que atinja um valor de oitenta e nove mil cento e oitenta e quatro euros e quarenta e um centimos (89 184,41€). Em suma o Contabilista da Instituição refere que, o Centro Social Polivalente de Ega prevê para o ano de dois mil e vinte e três, que os gastos

mil, duzentos e cinquenta e nove euros e vinte centimos (1259 259,20€), que os Rendimentos atingiam o valor de um milhão duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e cinco euros e vinte e seis centimos (1274 395,26€), e que por conseguinte, o resultado líquido do exercício seja um saldo positivo no valor de quinze mil cento e trinta e seis euros e seis centimos (15 136,06€)

No que diz respeito ao Orçamento de Investimentos do ano de dois mil e vinte e três, o contabilista da Instituição destaca como investimentos mais significativos a previsão de aquisição de uma viatura movida a electricidade, a instalação de conjunto de painéis fotovoltaicos para autoconsumo de energia e a aquisição de aparelhos de ar condicionado. Para a concretização destes investimentos prevê-se o autofinanciamento no valor de sessenta mil e quinhentos euros (60 500,00€) e que se recorra a subsídios ao investimento num valor de cinquenta e dois mil euros (52 000,00€) perfazendo um total de cento e onze mil e quinhentos euros (112 500,00€) em investimentos.

De seguida o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Joaquim Rebelo Loureiro, para se pronunciar sobre os documentos apresentados. O Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura da ata número trinta e quatro, aprovando por unanimidade os respectivos documentos.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos sócios Manuel Branco e Alca Loureiro que se inscreveram para discussão do ponto um da ordem de trabalhos. O sócio Manuel Branco inicia a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre os valores reportados pelo contabilista da Instituição, referindo se à divergência nos valores da instalação do equipamento de ar condicionado, havendo uma candidatura aprovada de cento e trinta e sete mil euros (137 000,00€) e fala-se em vinte sete mil euros (27 000,00€). Refere ainda a diferença de preço da viatura elétrica uma vez que está mais barata.

A sócia Alça Loureiro questionou a subida das suas cotas para o cobro.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Direção para responder às questões colocadas pelos sócios.

O Presidente da Direção tomou a palavra respondendo ao sócio Manuel Branco que, a provisão do ar condicionado será uma parte suportado pela Instituição, tendo que retribuir os vinte e sete mil euros (27.000,00€) do equipamento de ar condicionado pelo valor da candidatura ou pelo valor do projeto, sendo que a candidatura fechou a meio de novembro de dois mil e vinte e dois. Quanto aos painéis fotovoltaicos a candidatura ainda não abriu, mas estamos a avançar com a mesma para a Instituição se poder candidatar. O sócio Manuel Branco interveio para salientar que para que se obtenha painéis por autofinanciamento com candidatura para este tipo de obra tem de ser através de concursos e que sendo esta Instituição financiada pelo Estado, a mesma tem a obrigatoriedade de cumprir regras do concurso público, refere ainda que tem que ser feito por uma empresa certificada com consuetude técnica devendo existir muito cuidado na seleção da empresa.

Relativamente à questão colocada pela sócia Alça Loureiro o assunto iria ser analisado nos serviços da secretaria.

Não havendo mais questões sobre o ponto um da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia cobra a votação dos documentos apresentados, tendo sido aprovados por unanimidade, não existindo votos contra nem abstenções.

Não existindo mais questões o Presidente da Assembleia passa ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, relativo à edificação de uma creche no espaço do antigo Centro de Saúde de Ega Refirindo que a candidatura abrirá em março no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Este espaço pretende dar resposta às necessidades locais e concelhais.

O Presidente da Assembleia dá a palavra aos sócios Manuel Branco e Rodolfo Silva que se pronunciam para a

discussão do ponto mais da ordem de trabalhos. O sócio Manuel Branco inicia a sua intervenção questionando sobre qual a capacidade da ideia apresentada e se existirão crianças que justifiquem a criação de uma creche. Refere que deveria haver um estudo executado por especialistas salientando e os feitos (2021) evidenciam que na Ega houve descida da população e que, para o funcionamento de uma creche tem que haver crianças suficientes para ocupar essas vagas. Dever-se-á também tem em conta a migração da população, reforçando a necessidade de um estudo sobre a previsão dos nascimentos.

O sócio Roberto Silva acompanha a ideia da Direção na criação de uma creche e que não se deve pensar só no concelho, sendo necessário mais números e dados, realçando que os censos demonstraram que Condeixa é dos concelhos mais jovens logo, em idade mais fértil. O sócio Manuel Branco toma novamente a palavra referindo que não é contra o projeto, mas, a direção tem que ter atenção.

O Presidente da Assembleia deu a palavra, ao Presidente da Direção para responder às questões colocadas pelos sócios.

O Presidente da Direção tomou a palavra e fez uma breve apresentação da ideia da creche, nomeadamente sobre o programa de necessidades, as matérias utilizadas para a sua construção tendo em consideração o reaproveitamento de águas, o conceito ecológico, a sustentabilidade e ainda sobre a construção de patios agradáveis e a sua ligação ao exterior verde.

A sócia Inês Baltas pede a palavra e salienta o que é positivo e disutar o serviço referindo que o projeto apresentado deveria ser projetado por meios informáticos para melhor compreensão dos dados. A sócia Sandra Machado também se pronuncia referindo que não está contra a ideia da creche, mas que precisa de mais dados, tal como refere o sócio Manuel Branco.

Não havendo mais questões sobre o ponto mais da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia coloca a votação da pro-

posta apresentara, havendo oito abstenções e vinte e um votos a favor.

Passando ao ponto das Informações, da ordem de trabalhos, o Presidente da Direcção refere que a Estrutura Residencial para idosos não tem vagas e existe lista de espera; o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário têm poucas vagas. O edifício tem alguns problemas estruturais, mas são resolúveis, tal com fugas de água e, as viaturas do Serviço de Apoio Domiciliário estão desgastadas levando muito dinheiro em reparações, muito devido ao para-arranca e ao abrir e fechar de portas. Lembra os projetos de CLDS 4G e Desafio Senior que estão a chegar ao fim, mas acredita que serão renovados por algo do mesmo género. Lembra ainda os projetos de painéis fotovoltaicos e ar condicionado; a criação de um espaço de arquivo e de uma sala de reuniões de Assembleia Geral e na possibilidade de um projeto de painéis solares, com implementação prevista para a próxima semana para trazer contrapartida à Instituição.

Quanto aos surtos de COVID-19, estes não têm surgido, apenas casos pontuais.

O sócio Manuel Branco pede a palavra pedindo ao Presidente da Direcção para esclarecer melhor o projeto dos painéis solares.

O Presidente da Direcção toma a palavra respondendo ao sócio Manuel Branco referindo que se trata de um projeto de painéis fotovoltaicos em que existe uma verba de KW/h comercial em donativo para a Instituição. O hipermercado Continente também tem feito donativos para a Instituição em espécie de produtos, em fim de prazo de validade que se reflecte em números nas contas da Instituição.

O sócio Mário Gonçalves toma a palavra, no seguimento da informação dos apoios em produtos pelo referido hipermercado, referindo que teve conhecimento que os idosos comem iogurtes a semana toda e que deveria haver diversidade.

O Presidente da Direcção menciona que não está dentro dessa

Situação, mas que vai averiguar. Aproveita ainda para explicar uma questão colocada na última Assembleia relativa a um sócio que disse que pagou o transporte dos Bombeiros, e informa que o transporte de ida e regresso causados pela pandemia nunca foram pagos. Que o mesmo sócio, Carlos Bicho, trazia uma carta que o Presidente da Direção sabia existir, mas na altura desconhecia o conteúdo. Hoje, conhece o conteúdo da mesma e que também sabe perfeitamente quem a escreveu.

Relativamente ao Pessoal, o Presidente da Direção refere que se torna complicado abrir os entornos e saídas constantes e baixas médicas. A sócia Inês Prato, pede a palavra e questiona qual o motivo das referidas baixas. Ao qual o Presidente da Direção responde que é uma questão complicada, mas que as baixas implicam um grande esforço das funcionárias que ficam no serviço e de alterações de dinâmicas dos vários setores. A sócia Santa Machado questiona se se tem feito algum simulacro, quando foi feito e de que forma os idosos são retirados do primeiro andar do edifício. O Presidente da Direção toma a palavra e responde à sócia que fizeram o simulacro, o mesmo foi feito quando foram realizadas ações de formação e a forma de retirar os idosos do primeiro andar foi pensada pelos engenheiros no início do projeto do edifício.

O sócio Rodolfo Silva interveio referindo que existem medidas de Autoproteção (MAP) sendo documentos para evacuação e que os simulacros não podem ser feitos por entidades externas. A Diretora Técnica, Dra Patrícia Oliveira interveio reforçando que o aumento das medidas de autoproteção está estabelecido por entidades crediadas.

Posto isto e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia agradece a presença de todos os sócios dando por encerrada a sessão. Da mesma se lavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: Bruna Filipa Pinheiro dos Santos

Primeiro secretário: Raquel Rebelo Paulino

Segundo secretário: Maria de Fátima Sousa Rebelo